

Novas Diretrizes do Curso de Jornalismo: a Perspectivas dos Professores Sobre as Mudanças Curriculares¹

Bruna Alves TEIXEIRA²

Felipe Harmata MARINHO³

Universidade Positivo, Curitiba, Paraná

Resumo

O presente trabalho discute as Novas Diretrizes Nacionais do curso de jornalismo, a partir de entrevistas com professores que fazem uma avaliação e opinam sobre os desafios do ensino de jornalismo no século XXI. Foram ouvidos representantes de sete instituições do estado do Paraná, afim de compreender a análise desses professores sobre as principais mudanças propostas pelo Parecer, além de entender como esses cursos irão adaptar-se e se, no contexto atual, há preparo para uma transição na matriz curricular.

Palavras-chave: ensino do jornalismo; mudanças curriculares; novas diretrizes; professores.

Introdução

Este artigo busca analisar de que forma os professores pensam e avaliam os direcionamentos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do curso de jornalismo, entendendo que os entrevistados possuem gabarito para analisar de maneira crítica esses novos direcionamentos.

Em setembro de 2013 o Parecer CNE/CES nº 39/2013 foi homologado e as novas Diretrizes Curriculares passaram a ser discutidas. Entre as principais mudanças na matriz curricular, destacam-se a questão do trabalho de conclusão de curso ser individual, o estágio que passa a ser obrigatório, o preparo de um futuro egresso com competência para atuar em um contexto de mutação tecnológica e a questão do direcionamento em seis eixos. De

¹Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Positivo, email: brunalvesteixeira@gmail.com

³Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), Especialista em Comunicação e Semiótica (PUC-PR), Graduado em Jornalismo, (UP). É coordenador das pós-graduações em Mídias Digitais e Assessoria e Gestão de Comunicação na UP, onde também leciona nos cursos de Jornalismo e Publicidade.: feharmata@yahoo.com.br

acordo com esses direcionamentos, as mais de quinhentas instituições que ofertam o curso de jornalismo precisam adaptar sua matriz curricular até o ano de 2016.

A partir de uma pesquisa empírica, foram ouvidos professores, com o objetivo de compreender quais os desafios que as instituições em que eles lecionam estão enfrentando para a implementação de uma nova matriz curricular. Buscou aqui entender quais as principais dificuldades de adaptação, a avaliação deles sobre os pontos positivos e negativos desse direcionamento, saber se os professores e alunos estão preparados para as mudanças, quais foram as principais e importantes mudanças do ponto de vista dos entrevistados, e também, sobre o preparo do mercado de trabalho para a demanda obrigatória do estágio.

1. Contexto Histórico

Em 18 de setembro de 2009, o então Ministro da Educação Fernando Haddad e a então Diretora do Ensino Superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, acolheram um relatório final de trabalhos realizados pela Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo. Consolidou-se como representantes da comissão, o presidente da Comissão José Marques de Melo (Universidade Metodista de São Paulo), e os demais especialistas, Alfredo Vizeu (Universidade Federal de Pernambuco), Carlos Chaparro (Universidade de São Paulo), Eduardo Meditsch (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília), Lucia Araújo (Canal Futura), Sergio Matto (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) e Sonia Virginia Moreira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

A Comissão de Especialistas em Ensino de Jornalismo repensou o ensino para se adaptar as possibilidades de uma nova formação acadêmica do ingressante no curso. O objetivo é formar os acadêmicos com competência teórica, técnica, tecnológica, ética e estética, além de preparar os alunos para atuarem num contexto de mutações tecnológicas constantes.. Além de incluir as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos, e também familiarizar a formação para cargos de chefia.

Segundo as DCN's, o concluinte do curso deve estar pronto para desempenhar a função de jornalista como generalista, humanista, crítico, ético e reflexivo. Capacitado a desempenhar produção intelectual, agente de cidadania e da cultura contemporânea, além de possuir fundamentos teóricos e técnicos especializados. O concluinte também deve ter domínio de dois idiomas, de preferência o inglês e o espanhol. As DCN's trabalham em cima de seis eixos de formação. O de fundamentação humanística, que capacita o futuro egresso a função de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania. O de fundamentação específica, que proporciona ao profissional clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade da profissão. Eixo contextual, a embasar conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura. Formação profissional, fundamenta o conhecimento teórico e prático. Aplicação processual, fornecendo ao jornalista ferramentas metodológicas e técnicas. E por fim, a prática laboratorial, onde o estudante irá portar conhecimento e desenvolver habilidades inerentes à profissão.

As diretrizes justificam e fundamentam a reforma curricular em três pontos: cenário do jornalismo, formação do jornalista e a especificidade do curso. A última, a fim de emancipar o jornalismo da comunicação social.

Entre as principais mudanças no documento do MEC resolução nº1 (27/09/2013) destacam-se a regulamentação das atividades do TCC; que pode ser um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade profissional, consolidado individualmente. E as mudanças das atividades do estágio curricular supervisionado; em que o aluno não deve completar mais de 20% da carga total do curso realizando a atividade, o estágio deve ser programado para os períodos finais do curso e é obrigatório.

Quando se trata em mudanças no cenário do jornalismo, é importante lembrar que desde a sua criação no Brasil, em 1945, com o Decreto-lei nº 5.480, o ensino do jornalismo vem se adaptando e fomentando mudanças em suas matrizes curriculares.

O primeiro curso de jornalismo foi implantado na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo. (Decreto nº 23.087, de 19 de maio de 1947). Hoje, segundo o MEC (Faccin e Ferreira, 2014 p.199), em 2015, há 546 cursos superiores de jornalismo em universidades e outras instituições de ensino superior.

Antonioli (2014) faz um levantamento sobre a legislação educacional do curso de jornalismo, criando uma linha do tempo dos acontecimentos marcantes na área. A partir disso, nos anos de 1948, 1949 e 1950 foram homologados outros três currículos pelo governo. Em 1949 contemplou três novas seções: formação, aperfeiçoamento e extensão cultural. “Entre as décadas de 1950 e 1960, o número de escolas de Jornalismo saltou de 13 para 40 na América Latina” (Melo 1991 apud FACCIN. e FERREIRA. 2014, p. 200).

Com a criação dos primeiros currículos para o curso de jornalismo, pelo Ministério da Educação, em 1962 foram criadas as disciplinas técnica de Rádio e Telejornal e em 1966 ampliou, ainda segundo a autora, o número de disciplinas em gerais ou de cultura geral, especiais ou instrumentais e técnicas ou de especialização.

No ano de 1969, o curso de jornalismo passou a ser uma habilitação de um curso criado pelo MEC, o de Comunicação Social. (...) O curso de Comunicação Social. (...) O de 1969, previsto o aprofundamento das técnicas em jornalismo impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico. (...) 1978, foi incluído o projeto experimental (...) com laboratório disponível. O de 1984, foram descritas as ementas de todas as disciplinas assim como de todos os equipamentos necessários aos laboratórios. (ANTONIOLI, 2014 p.184)

Em 1984 quando ofereceu-se as instituições a opção de planejar seus currículos, segundo Faccin e Ferreira (2014), o perfil do egresso atual é resultado da formação em torno desse modelo. Mas apenas em 2001 as instituições ganharam liberdade de serem organizadas de acordo com o perfil do egresso.

2. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa foi de natureza descritiva e seguiu o método de entrevista semiestruturada qualitativa, uma vez que a mesma buscou analisar a perspectiva dos

professores a partir de suas experiências práticas com a problematização de implantar as diretrizes em suas matrizes curriculares.

A seleção dos entrevistados foi de acordo com o local das instituições, sendo quatro do interior do Paraná e quatro de Curitiba, dando prioridade para os coordenadores dos cursos, caso ele não estivesse disponível, era solicitado a indicação de outro professor. Vale ressaltar que o trabalho não conseguiu fechar a tempo uma entrevista com a Universidade Estadual de Londrina por conta da greve⁴. Os professores entrevistados são, Nivea Bona (Uninter), Maura Oliveira Martins (UniBrasil), Maria Zaclis Veiga Ferreira (Universidade Positivo), Fabio Witzki (Universidade Tuiuti do Paraná), Edgard Cesar Melech (Unicentro), Reinaldo Zanardi (Unopar) e a professora Maria Lúcia Becker (Universidade Estadual de Ponta Grossa).

O primeiro contato com os professores foi através do telefone da instituição que ele leciona, depois por *email* ou pelo *Facebook*. A partir de uma resposta, todas as entrevistas foram feitas por telefone e gravadas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

As perguntas feitas aos professores, foram: (1) o que as diretrizes trazem de novidade? (2) Cite três pontos positivos das novas diretrizes. (3) Cite três pontos negativos das novas diretrizes. (4) Quais as principais e importantes mudanças que o curso da sua instituição sofrerá? (5) Quais as principais dificuldades de adaptação? (6) Os professores do curso estão preparados para as mudanças? (7) Os alunos estão preparados para as mudanças? (8) Qual sua avaliação do jornalismo sair da área de comunicação social e virar um campo próprio? (9) Qual a sua avaliação do TCC ser individual nas novas diretrizes? (10) Qual sua avaliação do estágio ser obrigatório das novas diretrizes? (11) O mercado está preparado para demanda obrigatória do estágio? (12) As novas diretrizes formam o aluno para o mercado de trabalho?

O material foi compilado em um texto, com sub títulos destacando os pontos importantes da fala de cada entrevistado. Conforme o próximo item.

⁴Professores da rede estadual do Paraná fizeram uma greve pela falta de pagamento do governo estadual, o que levou a paralisação das universidades. Uma vez que a UEL parou por 57 dias, retomando as atividades no dia 23 de julho, não houve condições de contatar o professor responsável e fechar essa pesquisa a tempo.

3. Resultados

Dentro dos resultados, foram separadas as respostas em sub-títulos conforme as perguntas do pré roteiro. O trabalho analisou todas as respostas dos entrevistados, dando um panorama geral de suas avaliações e opiniões, e a partir disso o trabalho trouxe recortes das falas para validar o resultado final.

3.1 O que elas trazem de diferente

As maiores mudanças citadas pelos entrevistados são em relação ao trabalho de conclusão de curso, ao estágio que passa a ser obrigatório, aos seis eixos de formação, deixar de ser comunicação social para seguir um campo próprio e a ênfase na mudança tecnológica. O professor doutorando, Edgard Melech (Unicentro), afirma que as diferenças evoluem de épocas para épocas, e que há um amadurecimento tanto em relação a profissão jornalista quanto o ensino de jornalismo, e “isso certamente impacta na profissão do jornalista e muito mais ainda no ensino dos cursos de jornalismo.” Por outro lado, o professor Reinaldo Zanardi (Unopar) afirma que as diretrizes, de um modo geral, não trazem nada de diferente, pois se tratam de diretrizes nacionais, “elas têm um direcionamento do próprio conselho nacional”. Nivea Bona (Uninter) conclui, “Ela está muito mais detalhada do ponto de vista de apontar exatamente o que se quer desse perfil de egresso. Eu acho que ela reafirma o campo do jornalismo, acaba tirando um pouco do jornalismo de uma aba da comunicação e torna um campo do conhecimento.

3.2 Três pontos positivos e negativos

A maioria dos professores entrevistados citou como ponto positivo a questão do estágio se tornar obrigatório. Para o professor Fabio Witzki (Tuiuti), “os alunos que realizam o estágio acabam chegando no final do curso com uma formação um pouco mais consistente”. A questão do TCC ser individual também foi bastante lembrada pelos professores, assim como a ênfase nas mudanças tecnológicas, Melech avalia como positiva as instituições oferecer essa formação para que o aluno “não se forme como jornalista e desconheça a tecnologia, e isso é muito bem”. Os seis eixos, para a professora Nivea,

“deixam claro que não pode faltar determinadas áreas do conhecimento para este aluno, e as competências detalham tudo aquilo que o aluno precisa ser”, Zaclis Veiga (Positivo) complementa, “não tinham pensamentos em eixos, e hoje são seis. E eu acho que isso é uma coisa valorosa.”

Percebe-se que a maioria dos professores aprova as novas diretrizes. Um exemplo é que cinco dos oito entrevistados não conseguiram listar pontos negativos. Edgard Melech afirma “tem que se considerar isso como um amadurecimento da profissão, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) recente usando da não obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, criou-se no ensino uma grande dúvida, será que a profissão poderia entrar em colapso? A área de comunicação é uma das que mais crescem e o jornalismo está dentro dessa área, então essas Novas Diretrizes dão uma visão geral, amplia a exigência do conhecimento específico, isso é ótimo”. Para Reinaldo Zanardi, o aumento da carga horária, proposto pelas Diretrizes, é algo ruim, uma vez que não dá para aumentar na prática o curso de jornalismo em quatro anos e meio, então a solução seria aumentar a carga horária de TCC ou de atividades complementares, ou ainda oferecer disciplinas na modalidade interativa⁵. Zaclis Veiga concorda com esse ponto e, ainda, considera o estágio obrigatório um ponto negativo, uma vez que a “obrigatoriedade nos causa aos coordenadores um problema em relação a logística de como isso irá funcionar”.

3.3 Quais as principais e importantes mudanças que a sua instituição irá sofrer?

Na maior parte dos casos ouvidos, quando a pesquisa foi feita, no começo de 2015, a instituição já havia pré-moldado suas matrizes de acordo com as novas diretrizes. Para o próximo ano, quando as Diretrizes devem de fato serem implantadas haverá poucos ajustes. “Nós vamos focar ainda mais na área das novas práticas, ainda mais na área de jornalismo das novas plataformas de inovação, então teremos foco bem grande nessa área, em empreendedorismo, e em jornalismo de dados. Em inovação vai envolver gestão dos projetos e produtos jornalísticos, mas também nas plataformas jornalísticas”, afirma a professora e doutora Zaclis.

⁵EAD, ou disciplina a distância.

Na Universidade Tuiuti, por exemplo, Fabio Witzki afirma que a principal mudança é a questão do estágio, “principalmente pela administração dessas horas dos estágios. A administração para que o aluno contemple essas horas de estágio será a principal mudança, uma adequação hora acadêmica, hora administrativa”, avalia o professor.

Na Unicentro, segundo o professor Melech, “temos uma formação teórica muito forte, mas há uma condição, um déficit tecnológico. Nós precisamos enquanto instituição pública de mais investimentos da área governamental, o governo precisa investir mais em educação. Precisa de mais investimentos tecnológicos, principalmente na área da informática”.

Quando o jornalismo passa a ser um campo próprio e sai da área de comunicação, causa uma preocupação aos coordenadores que ofertam disciplinas conjuntas para cursos que até então faziam parte da Comunicação Social, “não precisa separar, mas eu tenho que dar uma certa conotação do jornalismo nessas disciplinas e esse foi o nosso desafio”, explica a coordenadora da Uninter, Nivea Bona.

Na Unopar, Zanardi apontou que como mudança principal, é a questão do seriado flexível, “essa flexibilidade vai propiciar com que o aluno possa cursar disciplinas, até mesmo em séries diferentes”.

3.4 Quais as principais dificuldades de adaptação?

Neste ponto, houve um certo equilíbrio nas respostas dos professores se tratando das dificuldades. Em duas instituições, por exemplo, que já começaram a implantar diretrizes na matriz, o aluno está estranhando as mudanças. Maura Martins afirma que os alunos estranharam algumas questões, como o TCC passar a ser individual, mas por se tratar de competências atribuídas a partir das Diretrizes, os alunos entenderam. Para a professora Maria Becker (UEPG), a instituição irá sofrer bastante dificuldade, uma vez que estão em um processo de transição. Zaclis Veiga conclui que as 200 horas de estágio obrigatório é a principal dificuldade, “porque se a negociação não for bem feita, essas 200 horas podem

interferir nas horas de sala de aula e isso é ruim, 200 horas são três disciplinas de 80 horas, e isso afeta muito toda a construção de um projeto pedagógico”

3.5 Os professores do curso estão preparados para as mudanças?

A maior parte dos entrevistados afirmaram que os professores estão capacitados e preparados para essas mudanças, o que irá acontecer é uma adaptação e aumentar o repertório acadêmico deles. Os professores estão passando por treinamento, e como foram mudanças particulares em cada instituição, elas foram direcionadas a partir do corpo docente, então o professor está situado na nova matriz. Mesmo o professor formado ainda com os vícios do jornal impresso, ele tem encarado de forma positiva essas mudanças, por outro lado, os professores com formação acadêmica recente, eles trazem para dentro da sala de aula as novidades em relação as tecnologias. “Fazer com que todos tivessem uma nova abertura, essa disponibilidade para encarar o desafio da mudança é importante. Mas na minha visão, todos agiram bem e tem se esforçado nesse sentido”, afirma Becker.

3.6 Os alunos estão preparados para as mudanças?

Em uma visão geral dos entrevistados, os alunos estão preparados mais que os professores para as mudanças curriculares. Uma vez que o aluno é ingressante, ele tem bagagem para entrar em uma grade com exigência tecnológica, “o aluno quando entra já tem uma experiência, ele já chega com uma vivência nesse mundo online”, afirma Becker. Como é um modelo para ficar, afirma Zanardi, os alunos irão se adaptar, alguns com mais facilidade, outros com menos. Nívea Bona pensa diferente, para ela, os alunos não estão preparados para as mudanças, “eles não estão preparados para nada. Eu vejo a educação com um grande desafio que nós temos. A gente pede para o aluno ler, o aluno não lê. Isso vem com uma cultura do ensino médio, da aula vomitada, da aula expositiva, e a gente está muito mais pensando em metodologias participativas aqui do que o próprio conteúdo que a diretriz coloca”. Do ponto de vista ainda de Nívea, o professor dentro de sala é um mediador de conteúdo, ele tem o papel de encaminhar o aluno para aprofundar o conteúdo,

e eu vejo que isso nas diretrizes está muito claro. Essa comissão pegou muito pesado pra querer um jornalista bem informado, com uma visão mais aprofundada de mundo e de realidade, não simplesmente pra replicar.” O professor Zanardi conta que há uma certa resistência do aluno quando você implanta o domínio das plataformas digitais com cunho educativo, o aluno estranha e reclama, “isso é uma coisa que eu vejo com espanto porque é uma geração que está acostumada a fazer isso todo dia, mas que quando você cobra isso em relação ao aprendizado, ele ainda tem um certo estranhamento”.

Portanto, apesar do ingressante vir com domínio técnico digital, um desafio para os professores será fazer com que esse aluno compactue o conhecimento educativo com as novas tecnologias e se forme um profissional crítico, não mero replicador de conteúdo.

3.7 Avaliação sobre o TCC ser individual

Boa parte dos professores avaliaram a obrigatoriedade do TCC ser individual como ótimo, uma vez que quando o trabalho de conclusão de curso é feito em grupo, há sempre um aluno que acaba não fazendo nada e tendo a mesma atribuição de nota que os demais. Becker afirma, “individual é mais produtivo, e é claro que ele vai se preparar, vai correr atrás, vai fechar a graduação dentro de um patamar, em um nível positivo para si mesmo para enfrentar depois o mercado de trabalho. Nivea considera importante o trabalho em grupo, uma vez que o aluno está sujeito a trabalhar com o diferente, mas como o TCC é um trabalho de fôlego dentro da graduação, ele deve ser feito individualmente. Zaclis afirma que, dentro da instituição que leciona, o aluno terá a possibilidade de fazer o trabalho em grupo, porém, a avaliação será individual, e o grande desafio será como os professores irão avaliar isso individualmente. Já o professor Witzki, afirma que em sua instituição não haverá problema algum, visto que boa parte da demanda do TCC é produzido já individualmente na instituição, e isso não pesa na qualidade final do projeto. Mas quando o fator é o custo do trabalho, Zanardi avalia isso como um problema, uma vez que o custo não poderá ser dividido.

De certo modo, a produção individual do ponto de vista teórico trará uma bagagem muito boa ao aluno, uma vez que ele tem que se provar concluindo este trabalho. O problema é como ele irá fazer o seu produto de forma individual, mesmo que algumas instituições permitam que alunos de outros anos/períodos possam participar, o custo desse projeto também será individual e poderá ser caro.

3.8 Avaliação sobre o jornalismo sair da área de Comunicação Social e virar um campo próprio

Quando se fala no jornalismo se tornar um campo próprio, a opinião dos professores se divide. “Jornalismo é uma sub área da comunicação, mesmo você tirando o nome comunicação social, é impossível discutir o jornalismo que não seja, enquanto fenômeno dentro da comunicação”, afirma Zanardi que acha temerária essa mudança. E essa também é uma preocupação do professor Fabio Witzki, “eu acho que não é um ganho para a área, claro que é a construção para outra área, mas a área de comunicação social fica falha, eu não vejo a comunicação social sem o jornalismo”. O professor Melech avalia essa mudança positiva, uma vez que você dá uma especificidade maior para o estudo em jornalismo. “O jornalismo tem um outro papel na sociedade, e não dá para confundir o jornalismo com outras áreas da comunicação. Isso é fundamental para que fique consolidado essa presença, a importância do jornalismo na sociedade, se não qualquer um pode fazer jornalismo, uma coisa é produção de conteúdo outra é produção jornalística, demorou muito para consolidar isso”, afirma Becker. Veiga avalia, “embora esteja inserido no campo da comunicação não tenho dúvida alguma, mas eu acho muito bom porque a matriz traz uma vantagem que é focar mais dentro das práticas jornalísticas mesmo”. Nivea acrescenta, “a gente não sai perdendo nada daquele profissional generalista se a gente souber construir um currículo generalista dentro das diretrizes”.

3.9 Avaliação sobre o estágio ser obrigatório

A maior preocupação de todos os professores é a questão da regulamentação desse estágio, que é de responsabilidade da universidade, do sindicato da categoria e da empresa contratante, além de vagas no mercado para todos os alunos. Melech reconhece a importância do estágio, “desde que seja feito de forma correta com supervisão de professor responsável e com acompanhamento de profissional que esteja incluído no mercado profissional”. Veiga afirma “pela minha experiência, eu consigo entender que nós vamos ter uma rotatividade muito grande das empresas, porque os estudantes precisam desse estágio, então ele será obrigado a cumprir essa carga de estágio obrigatório. Provavelmente terá uma rotatividade muito grande, e isso não será bom nem pro aluno nem para as empresas, então eu acho que é algo que ainda está nebuloso.” Outro problema, na avaliação da professora Nivea, é a questão da diretriz estabelecer um período para o aluno fazer esse estágio “eu tenho um aluno que tá no segundo período que é um avião, sabe fazer um texto super bom, mas ele não pode fazer o estágio; primeiro porque o sindicato não deixa, a FENAJ [Federação Nacional dos Jornalistas] também não, e as diretrizes obrigam esse aluno a fazer o estágio daqui um tempo, então ele tem que ter essa vaga lá na frente”, conclui.

Então, apesar de avaliarem como importante o interessante fazer o estágio, a preocupação dos professores é em relação a rotatividade do mercado, e principalmente, a questão da regulamentação desse estágio para que não haja mão de obra barata.

3.10 O mercado estar preparado para a demanda

É quase unânime, de acordo com os entrevistados, que o mercado não está preparado para atender a demanda de estagiários, independente se as empresas estão na capital ou no interior do estado. Becker afirma “temos um mercado restrito”. O professor Zanardi vê uma solução, “você terá que ter alternativas dentro da própria universidade para que você ofereça estágios”, desde que essa solução não seja validada como produção laboratorial, conclui. Por outro lado, Maura Martins afirma, “se o sindicato continuar fazendo o trabalho frente as empresas, eu acho que sim”. Witzki vê o problema a curto

prazo, “daqui dois anos eu acho que o mercado vai estar mais preparado”. Nivea aponta que o problema é outro, “não é a vaga de estágio, é você ter um jornalista supervisionando, que é o que a diretriz propõe.” Zaclis Veiga se preocupa, também, com a questão da qualidade destes estagiários, “todas as universidades têm alunos excelentes, medianos e ruins, então as empresas vão preferir quais tipos de estagiários?”, conclui.

Apesar da avaliação positiva, é incerto a adaptação do mercado em um primeiro momento, especialmente como a forma que essas empresas lidarão com a demanda de estudantes que necessitam fazer o estágio obrigatório, seja ele remunerado ou não.

3.11 Essas diretrizes formam o aluno para o mercado de trabalho

As diretrizes, de um modo geral, dão um direcionamento equilibrado para este aluno ter competência no mercado de trabalho, de acordo com a maior parte dos entrevistados. Mas é importante entender que esse direcionamento propõe uma formação teórica e prática, e então a competência é de cada matriz curricular feita pelas universidades para formar o futuro egresso. Melech afirma que o papel da universidade não é apenas formar profissionais com o conceito ético, teórico e prático, “mas profissionais que proponham melhorar o que já existe no mercado. Nós queremos um país desenvolvido, não um mercado fraco, pouco criativo e pouco inteligente”. Becker argumenta que a formação técnica é importante, mas não pode deixar de lado a teórica, uma vez que ela é a responsável pelo embasamento do aluno para sair do banco universitário capaz de pensar, não apenas reproduzir. Veiga afirma que essa competência de formação para o mercado é responsabilidade da universidade, “pra ver o que elas querem fortalecer, algumas mais teóricas, outras mais práticas, outras focadas nos veículos tradicionais, outras em novas tecnologias”, e a professora Martins completa, “elas seriam uma linha mestra pra preparar, adequar os cursos, mas quem tem que preparar os alunos para o mercado são os cursos”.

A competência principal de formação do egresso cabe as universidades que irão adaptar a matriz conforme suas possibilidades, apesar das Diretrizes Curriculares trazerem um direcionamento para uma formação suficiente, para o egresso, enfim, atuar no mercado atual de trabalho.

4. Considerações finais

As DCN's apontam direcionamentos para as instituições que ofertam o curso de jornalismo adaptarem uma matriz curricular conforme suas possibilidades, mas é importante que o futuro egresso tenha competência para atuar em um contexto de mutação tecnológica, tendo contato com ferramentas digitais. Os corpos docentes aqui entrevistados compreendem a necessidade dessas aplicações e consideram a importância dessa nova adaptação à matriz curricular, uma vez que estamos num contexto tecnológico avançado, e para isso precisamos fazer ajustes a âmbito acadêmico para formar futuros egressos com competências teóricas e técnicas.

Há e haverá dificuldades de adaptação uma vez que são direcionamentos novos, é temerário afirmar o que irá acontecer. O cenário tecnológico está em transformação o tempo todo, cada instituição irá trabalhar dentro de suas possibilidades, conforme a fala dos entrevistados.

A regulamentação do estágio depende de três pilares: universidade, sindicato e empresa contratante - como foi reforçado pelos participantes. As três deverão entrar em um acordo sem ser prejudicial a nenhuma das partes, portanto, haverá adaptações, o mercado terá que se transformar para poder atender a demanda dos estudantes de jornalismo. Quando o assunto é o TCC produzido de forma individual, a competência cabe as instituições para melhor se adaptarem conforme suas realidades, entende-se aqui que a maior parte delas já têm feito algo em relação a isso e, a princípio, os resultados são positivos. Levando em consideração, ainda, que esse processo de transição será um desafio para as instituições, professores e alunos.

A maior preocupação dos entrevistados é em relação a aplicação do estudante com aparatos tecnológicos e as questões burocráticas do estágio e da produção do trabalho de conclusão de curso. O sucesso ou fracasso dessas DCN's só poderão ser efetivamente consolidados assim que as primeiras turmas de jornalismo se formarem na área, ou seja, a partir de 2020.

Referências

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional**. Brasília: REBEJ, 2014.

BRASIL. **Parecer 39/2013** da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação de 27 de setembro de 2013. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação de Jornalismo.

FACCIN, Milton Julio. FERREIRA, Soraya Venegas. **Entre nós: desafios da implantação dos TCC's como síntese dos seis eixos previstos pelas DCN's para a formação do jornalista do século XXI**. Brasília: REBEJ, 2014.

UNESCO. **Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries & Emerging Democracies**. Paris: Unesco, 2007